

ESTADO DE SERGIPE PREFEITURA MUNICIPAL DE MALHADOR

DECRETO Nº 174/2025, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025.

APROVA O LOTEAMENTO DENOMINADO "LOTEAMENTO SANTO ANTÔNIO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE MALHADOR, Estado de Sergipe, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e considerando o que dispõe a Lei Federal nº 14.129/20121,

CONSIDERANDO a competência do Município para promover e adequar o ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano, nos termos do art. 30 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal n° 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano;

CONSIDERANDO, ainda, o disposto na Lei Municipal n° 295, de 06 de novembro de 2007, que disciplina o parcelamento e aprovação do solo urbano no Município de Malhador - SE;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o loteamento denominado "Loteamento Santo Antônio", nos termos da Lei Federal nº 6.766/79 e da Lei Municipal nº 295/2007.

Art. 2º. A área do loteamento é composta por 06 (seis) quadras, denominadas "Quadra 01", "Quadra 02", "Quadra 03", "Quadra 04", "Quadra 05" e "Quadra 06", cortadas por 1 (uma) via de acesso principal denominada "Rua Projetada A", além das seguintes vias: "Rua Maria Francisca da Silva", "Rua Claudelino de Jesus", "Rua Vital de Jesus", "Rua Cícero Vinícius Teles", "Travessa Maria Eleuza Oliveira Araújo" e "Rua Francisco Barbosa dos Santos".



ESTADO DE SERGIPE PREFEITURA MUNICIPAL DE MALHADOR

- **Art. 3º**. O terreno objeto do loteamento possui área total de 17.776,96 m², observando-se as seguintes disposições:
 - **I.** área destinada a lotes: 13.359,61 m²;
 - II. área destinada à pavimentação: 3.866,68 m²;
 - III. área destinada a calçadas: 550,67 m².

Parágrafo único. O empreendimento está dividido em 06 (seis) quadras, com um total de 81 (oitenta e um) lotes, conforme especificações constantes do Memorial Descritivo.

- **Art. 4º**. Integra o presente Decreto, para todos os fins legais, o Memorial Descritivo do loteamento.
- **Art. 5º**. Nos termos do art. 22 da Lei Federal n° 6.766/79 e da Lei Municipal n° 295/2007, passam a integrar o patrimônio público municipal as áreas destinadas às ruas, avenidas e passeios, como áreas de uso comum do povo.
- **Art. 6º**. O prazo máximo para início das obras de arruamento do loteamento será de 06 (seis) meses, contados da publicação deste Decreto.
- **Art. 7º**. Compete à Secretaria Municipal de Infraestrutura expedir o Alvará de Loteamento, bem como o Alvará de Licença para Execução.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Infraestrutura também será responsável pela fiscalização do cumprimento deste Decreto.

- **Art. 8º**. Toda a área, dividida em lotes, será incluída no Cadastro de Contribuintes do Município, devendo o recolhimento de tributos ser efetuado pelo proprietário do loteamento até que seja realizada a baixa e a transferência em nome dos adquirentes, mediante apresentação da escritura pública, sem prejuízo de eventuais ônus incidentes sobre o imóvel.
- **Art. 9º**. O proprietário deverá, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, submeter o projeto à matrícula e registro junto ao Cartório de Registro de Imóveis competente, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79.



ESTADO DE SERGIPE PREFEITURA MUNICIPAL DE MALHADOR

Art. 10º. Será de inteira responsabilidade do proprietário do loteamento o cumprimento das exigências legais relativas à execução dos serviços de infraestrutura, em conformidade com a legislação federal, estadual e municipal aplicável.

Art. 11º. Enquanto não implantada integralmente a infraestrutura, serão de responsabilidade exclusiva do proprietário do loteamento todas as obras necessárias à viabilização das construções, incluindo pavimentação de vias, drenagem de águas pluviais, rede de energia elétrica, abastecimento de água potável e demais serviços correlatos, conforme legislação vigente.

Parágrafo primeiro. A título de garantia do cumprimento das obras de infraestrutura, ficam vinculados ao Município os seguintes 18 (dezoito) lotes: Q4-L15, Q4-L16, Q4-L17, Q4-L18, Q4-L19, Q4-L20, Q5-L1, Q5-L2, Q5-L3, Q5-L6, Q5-L7, Q5-L8, Q6-L2, Q6-L3, Q6-L4, Q6-L5, Q6-L6 e Q6-L7.

Parágrafo segundo. Caso o proprietário não execute as obras no prazo estabelecido, os lotes referidos no § 1° serão incorporados ao patrimônio municipal, podendo ser alienados em leilão público, destinando-se os valores arrecadados à execução da infraestrutura.

Parágrafo terceiro. Os lotes vinculados em garantia ficam gravados com cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade até a efetiva conclusão das obras.

Art. 12º. Cumpridas as formalidades legais, o presente Decreto produzirá efeitos para fins de registro do loteamento no Cartório de Registro de Imóveis competente.

Art. 13º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas eventuais disposições em contrário.

Malhador/SE, 20 de outubro de 2025.

FRANCISCO DE ASSIS ARAÚJO JUNIOR Prefeito Municipal